

Corajosas e batalhadoras: gênero, classe e família em histórias de mulheres na prisão

Courageous and warriors: gender, social class and family in stories of women in prison

Natália Bouças do Lago¹

Resumo: Neste artigo discuto as articulações entre gênero, classe e família nas narrativas de duas mulheres privadas de liberdade. Os dados apresentados são resultantes de uma pesquisa de cunho etnográfico que envolveu diálogos com mulheres presas em uma unidade penitenciária paulista. As duas personagens, Cris e Mariana, narram sua vida em conexão com seus respectivos maridos e também mobilizam outras relações que não se apagam com a prisão. Mariana concede à prisão uma espécie de dimensão organizadora da vida e das relações familiares. Cris valoriza o trabalho para explicar sua privação de liberdade e destaca os aspectos que compunham sua *vida normal* fora da prisão. Gênero e classe parecem marcadores centrais para entender as narrativas dessas mulheres e de suas relações através da prisão.

Palavras-chave: mulheres; prisão; gênero; classe; família.

Abstract: *In this article, I discuss the articulations between gender, class and family in the narratives of two women deprived of their liberty. The information presented are the result of an ethnographic research*

1 Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), sob orientação de Julio Assis Simões. Integrante do Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença (Numas/USP).

that involved dialogues with women prisoners in a prison located at São Paulo, Brazil. The two characters, Cris and Mariana, narrate their lives in connection with their respective husbands and also mobilize other relationships that do not fade with the prison. Mariana grants to prison the organization of her life and of her family relations. Cris speaks about her work relations to explain her deprivation of liberty and highlights the aspects that made up her normal life outside prison. Gender and class seem to be central markers for understanding the narratives of these women and their relationships through imprisonment.

Keywords: *women; prison; gender; social class; family.*

O COMEÇO DA CAMINHADA

Cris se dizia *corajosa e destemida*. Mariana se dizia uma *batalhadora* na luta contra sua *personalidade de adicta*. Ambas produziam narrativas diferentes sobre si que se encontravam na passagem por uma prisão paulista. Apresento neste artigo duas personagens, Cris e Mariana, para discutir as articulações entre gênero, classe e família que aparecem em suas elaborações sobre as relações estabelecidas com seus companheiros e sobre a vida atravessada pela prisão. Os dados que discuto são resultantes de uma pesquisa², de cunho etnográfico, que envolveu diálogos com mulheres privadas de liberdade em uma unidade penitenciária do estado de São Paulo³ que visitei entre os anos de 2011 e 2014. Ao longo da produção dos dados, gênero pareceu como um marcador central para compreender o posicionamento dessas mulheres ao estabelecer algumas expectativas

2 A pesquisa de mestrado que deu origem às informações aqui apresentadas desenvolveu-se sob orientação de Julio Assis Simões no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Para acesso ao texto integral da dissertação, ver: LAGO, 2014.

3 A pesquisa foi realizada enquanto eu fazia visitas às prisões como voluntária da Pastoral Carcerária. Como voluntária, parte do meu trabalho envolvia colher informações sobre o andamento dos processos, demanda que vinha das mulheres com quem conversávamos durante as visitas. Procuo fazer, em minha dissertação, uma problematização sobre essa espécie de “lugar duplo” de pesquisadora e voluntária em campo.

e desempenhos específicos. Gênero ainda se combinava à situação social dessas mulheres, marcada pela pobreza. As articulações entre gênero e classe se revelavam nos discursos que as personagens produziam sobre *família* e sobre seus relacionamentos amorosos. Tais formulações ajudavam a situá-las no mundo da prisão e a vincular a experiência do cárcere à vida na rua, tanto em relação ao período anterior à privação de liberdade como em relação às suas perspectivas de futuro.

No início da pesquisa, meu interesse era conversar com as mulheres sobre tráfico de drogas para tentar entender os processos que permeavam sua participação nesta que é, hoje, a acusação que mais leva mulheres à prisão. Com efeito, dados do Departamento Penitenciário Nacional indicam que 64% das mulheres estão presas sob acusação de tráfico de drogas (BRASIL, 2014).

No entanto, aquelas que eu encontrava na prisão queriam falar sobre outros assuntos: o dia-a-dia no cárcere, as fofocas e as brigas, o sofrimento, a solidão, as festas, os familiares. As questões que as mobilizavam eram distintas daquelas que me levaram a pesquisar a prisão. Claudia Fonseca, ao comentar o pouco interesse das discussões sobre família entre os cientistas sociais nas últimas décadas, faz uma provocação que possibilitou rever as perspectivas iniciais da pesquisa: “É como se o material sobre as relações familiares emergisse apesar dos analistas” (FONSECA, 2007, p. 9). Enfrentando a provocação sequei, então, as pistas que as mulheres deixavam para tentar entender os porquês de acionarem noções de família para conversarem sobre a vida na prisão.

As mulheres com quem convivi atribuíam valor às suas famílias e construíam noções a esse respeito que dialogavam, como argumento ou como contra-argumento, com outras concepções de família presentes no cárcere – que saíam da boca de colegas encarceradas, de agentes prisionais, de organizações não governamentais presentes na prisão, de juízes e promotores. Família é aqui, portanto, uma “categoria nativa” que ajuda a elaborar significados para um momento da vida que se passa na prisão. Vale explicitar, aqui, que *família* serve para falar de relações que podem ou não ter a ver com vínculos sanguíneos.

os. Se os vínculos que se estabelecem a partir da ideia de família são importantes, o foco é entender as formas pelas quais as relações que “fazem” família têm efeitos nas narrativas produzidas desde a prisão que pensam não só o cotidiano do cárcere, mas fazem menções à vida exterior aos muros.

Ao longo da pesquisa, as conversas que tive ocorreram em diferentes níveis: com algumas mulheres, convivi ao longo de muitas semanas nas visitas que fazia à prisão; com outras, meus contatos foram mais pontuais. Acessei os processos e sentenças de algumas delas; de outras, tive acesso a bilhetes, cartas e fotografias que faziam parte das histórias que me contavam e davam cara, corpo e letra às pessoas citadas por elas. As informações disponíveis no decorrer da pesquisa eram bastante fragmentadas. Diante dos retalhos de informações que eu tinha a respeito dessas mulheres e da necessidade de resguardar suas identidades, a opção metodológica que segui foi a de costurar esses retalhos em personagens. Aquelas com quem tive um maior contato conduzem a narrativa e trazem as questões que são costuradas com as experiências de mulheres que também contribuíram para a pesquisa, ainda que em momentos de convivência mais limitados.

Vale dizer que entendo gênero como uma linguagem que dá sentido às relações e à produção de feminilidades e masculinidades que são relacionais, ou seja, só existem uma em relação a outra. Sigo a perspectiva de Joan Scott, para quem gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995:86). Ao mesmo tempo parto de uma perspectiva que não entende gênero e classe (e raça) como distintos campos da experiência, mas articulados e existentes somente em relação, por vezes conflituosa (MCCLINTOCK, 2010).

É importante demarcar, ainda, que a prisão não é uma instituição impermeável, mas tem porosidades que conectam os mundos intra e extramuros. Com efeito, uma série de estudos que têm a prisão como um de seus temas descrevem e analisam as relações produzidas através dos seus muros, seja com enfoque nas mulheres presas e nos afetos

que são uma dimensão produtiva da prisão (PADOVANI, 2015), seja com destaque às mulheres presas estrangeiras e suas relações familiares (BUMACHAR, 2016), seja olhando para a prisão desde o lado de fora de seus muros (GODOI, 2015; LAGO, 2017). Há uma profícua produção de estudos sobre o mundo prisional que permitem atentar para articulações entre prisões e problemas de gênero e sexualidade, ainda que o objetivo primordial de parte dos trabalhos não seja esse (LAGO & ZAMBONI, 2016).

Considerando as porosidades da prisão, podemos entender que a privação de liberdade altera profundamente as formas pelas quais as mulheres que apresento dão continuidade às relações estabelecidas antes do encarceramento, mas o cárcere não as retira completamente dessas mesmas relações e promove outras, anteriormente inexistentes. Afinal, o cotidiano na prisão demanda a convivência com uma série de regras, explícitas, da própria prisão e daquilo que é pactuado entre as mulheres. Estar na prisão requer posicionar-se diante de dinâmicas que estabelecem distinções entre as mulheres e que são produzidas em diversas relações: na convivência com as demais mulheres, com as igrejas e organizações não governamentais que entram e saem da prisão, com o Primeiro Comando da Capital (PCC)⁴, que estabelece procedimentos e regulações para a vida dentro do cárcere, com funcionárias e funcionários do sistema prisional, com advogados, defensores públicos, juízes e promotores, com desembargadores e ministros de tribunais superiores para quem se escreve cartas pedindo liberdade.

4 O Primeiro Comando da Capital é um coletivo de presas e presos que faz parte da produção de regulações não só nas prisões, mas também fora delas. Estima-se que o PCC está presente na absoluta maioria das prisões paulistas, masculinas e femininas. Há diversos trabalhos que discutem o PCC e seus procedimentos dentro e fora de instituições de privação de liberdade, entre eles: FELTRAN, 2008; BIONDI, 2009; MARQUES, 2009; HIRATA, 2010; MALLART, 2014.

CRIS E MARIANA NA BATALHA: CAMINHOS DE ATUAÇÃO POSSÍVEIS

A proposta de discutir as relações familiares de mulheres presas e suas mediações com o “mundo do crime”⁵ e com a prisão envolve destacar os enfoques pelos quais essas próprias mulheres veem suas vidas. As histórias de Mariana e Cris, ainda que distintas, partilham de um enfoque comum: ambas se reconheciam como *batalhadoras* e *corajosas* e tinham em seus companheiros figuras que faziam parte do processo de construção desses dois adjetivos⁶. A despeito desse aspecto comum às duas personagens, as relações de Cris e Mariana com seus maridos permitem a identificação de olhares distintos para a produção de gênero com seus respectivos companheiros.

Mariana remetia à vida no cárcere para construir uma trajetória que envolvia a retomada da convivência familiar e o aprofundamento da relação com seu companheiro. Cris revisitava, em suas falas, questões há muito presentes na literatura que discute família e classes populares, tendo em vista que sua trajetória passava pela necessidade de contribuir com o sustento da família. Em Cris, o trabalho é a chave de análise que perpassa o seu envolvimento com as práticas que a levaram à prisão.

Mesmo em suas distinções, os caminhos que levaram Mariana e Cris à prisão possuem pontos que possibilitam comparações. Destes, dois serão destacados: o envolvimento com contextos que envolvem

5 Tomo a expressão “mundo do crime” a partir das contribuições de José Ricardo Ramalho e Gabriel Feltran. O primeiro entende que o desvendamento do *mundo do crime* “passa necessariamente pela compreensão dessa categoria-chave que é a *massa do crime*, conjunto de normas de comportamento, de regras do “proceder”, que regem a vida do crime dentro e fora da prisão”. (RAMALHO, 2008[1979], p. 15). O último toma a expressão como “o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2008, p. 31)

6 Palavras e frases grafadas em *itálico* eram ditas pelas mulheres com quem conversei ao longo da pesquisa. São, portanto, expressões “nativas”.

“drogas”⁷ e as relações estabelecidas com seus maridos, então presentes – e ativas – após a prisão de ambas.

MARIANA, A GUERREIRA ENTORPECIDA

Conheci Mariana por intermédio de Natália Padovani, também pesquisadora de prisões e com quem compartilhei momentos de pesquisa de campo. A apresentação de Mariana se deu em uma das visitas que Natália e eu fizemos juntas a uma penitenciária. Na prisão, algumas das mulheres começam a contar sobre suas vidas assim que conhecem alguém que não vive ali e constroem em pouco tempo uma intimidade para falar sobre os problemas da cadeia e da vida fora da prisão. Com Mariana, tudo correu ainda mais rapidamente. Natália nos apresentou dizendo a Mariana que eu era pesquisadora. Ela se propôs a falar comigo e, a partir dali, dividimos muitas conversas sobre tudo: família, livros, trabalho, sonhos. Branca, magra e baixa, um longo cabelo, sempre com brincos grandes e maquiagem colorida, Mariana tinha o costume de aparecer muito animada para conversar. Tinha trinta e muitos anos, mas não aparentava. E me contava que foi viciada em *crack*.

Mariana lia muito e também escrevia. Enviava cartas e gostava de recebê-las – chegamos a trocar algumas pelo correio. Depois da nossa primeira conversa e do pedido para que eu fizesse uma consulta ao andamento de dois processos – o dela e o do seu marido, Maurílio, também preso –, ela pediu que eu enviasse uma carta com os resultados da consulta, ainda que eu fosse encontrá-la já na semana seguinte. Como combinamos, enviei o andamento dos processos em alguns dias e recebi, certo tempo depois, uma carta de Mariana agradecendo pelas *VECs*⁸ e contando as novidades em sua vida.

7 Opto por marcar o termo entre aspas, e apenas nesse momento, para destacar que a noção de “droga” presente neste artigo faz menção a substâncias psicoativas consideradas ilícitas e ao seu mercado.

8 *VEC* é a maneira como as mulheres chamavam a folha que possui as informações sobre a movimentação dos processos. A sigla remete à Vara de Execuções Criminais, setor do

Para além das cartas trocadas comigo, com a mãe e o marido, Mariana escrevia outras coisas. Quando a conheci, ela me mostrou um *artigo* que havia começado a escrever, mas *não tinha cabeça* para continuar. Escrever na cadeia era difícil e lhe faltava *inspiração*. No *artigo* de Mariana o uso do *crack* era apontado como o ponto de partida para um período de infelicidade, tristeza familiar e passagens pela prisão, além de tentativas de recuperação que envolveram tratamentos diversos e participação em igrejas. Mariana também dizia em seu texto que a *garota alegre, autoconfiante, guerreira* desaparecera diante do uso da droga.

Outra questão sobre o *crack* que Mariana mencionava em seu *artigo* dizia respeito à proibição da substância dentro das prisões por parte do *crime*. Em conversa posterior relacionada a essa proibição, Mariana defendeu que tem *uma certa consciência* no crime, argumentando que todos saíam perdendo com as pessoas que abusavam do *crack* – incluindo, aí, as *biqueiras* que enfrentavam problemas com o descontrole atribuído aos usuários. A proibição da substância nas prisões, portanto, era apoiada por ela.

Em nossas conversas, Mariana retomava sua vida na tentativa de formular os caminhos que a levaram à prisão. Contava que aos 16 anos perdeu seu *alicerce*: o pai morreu violenta e repentinamente em circunstâncias que envolveram a mãe de Mariana e seu padrasto à época, o que fez com que ela rompesse as relações com a mãe e fosse viver sozinha. Ela diz que as mudanças em sua vida começaram naquele período. Sua elaboração sobre as memórias dessa época, retomadas em nossas conversas, remetiam às dificuldades em viver sozinha – ou sobreviver – sendo tão jovem. Ainda, Mariana dizia que ela já tinha uma *personalidade adicta*, a despeito de não ser (naquele momento) usuária de drogas. Quando Mariana usava essa expressão para identificar-se, ela remetia ao fato de que, mesmo antes de usar drogas, já era uma pessoa que tinha predisposição a comportamentos que, a seu ver, seriam marcas de descontrole. A expressão que Ma-

Judiciário que é responsável pela processos em seu período de execução – momento em que a sentença já foi proferida.

riana usava para caracterizar sua personalidade também denota certo discurso que parece referenciar-se em saberes *psi*, um olhar para si que passou por certa “medicalização”. Tal influência pode ser compreendida se considerarmos que Mariana já esteve internada em clínicas de desintoxicação por conta do uso de drogas. A passagem por essas instituições pode ter produzido efeitos em seus processos de subjetivação e em como o uso de drogas ou a adicção são por ela acionados.

A assimilação de uma expressão que remete a um saber institucionalizado também reafirma certa percepção de que Mariana buscava diferenciar-se das mulheres com quem convivia na prisão. O exercício da escrita e a produção do *artigo*, aliados à elaboração de uma narrativa sobre si, sugerem que Mariana buscava se colocar enquanto uma intelectual, uma “livre pensadora” que, estando na prisão, produzia conhecimentos sobre os processos que permeiam a privação de liberdade. O termo que Mariana usava para fazer referência ao texto que escrevia – *artigo* – não é fortuito, pois parece dialogar com uma perspectiva acadêmica. E, de certa maneira, o convívio com duas pesquisadoras poderia representar essa vontade de diferenciar-se das demais mulheres e colocar-se enquanto pensadora e produtora de conhecimento da/na prisão.

Narrativas de si, contextos de privação de liberdade e saberes *psi* se cruzam em diferentes trajetórias. O trabalho de Isadora Lins França tem como personagem um solicitante de refúgio que também produzia uma narrativa de si por meio da escrita e que revelava em seu texto a passagem por instituições de privação de liberdade e por profissionais *psi* (FRANÇA, 2017). Acessar esses relatos é também acessar algo da relação entre as instituições de cuidado/controle e os processos de subjetivação das pessoas⁹.

Mariana se envolveu com atividades ilegais após a morte do pai, logo que foi viver sozinha, mas foi presa pela primeira vez após os 30 anos – posteriormente ao seu envolvimento com o *crack*. Foi com essa

9 Agradeço a Isadora Lins França que, na leitura de uma versão preliminar deste artigo, me chamou atenção para essa reflexão.

primeira passagem pela prisão que Mariana conseguiu se reconciliar com a mãe e voltou a viver com ela.

Era a mãe quem cuidava dos dois filhos de Mariana enquanto ela estava presa. A relação com os filhos, ainda que aparecesse pouco em sua fala, era permeada pela ausência e carregada de culpa. O filho mais velho, de sete anos, a chamava de “tia”. Ela contava que chorou quando ele a chamou assim pela primeira vez, e que ficava triste quando se lembrava desse modo de tratamento que explicitava a relação estabelecida com a criança. Mariana desejava que ele a tratasse como “mãe”. O filho mais novo tinha dois anos e também era filho de Maurílio, seu companheiro na época da pesquisa. Em relação ao caçula, ela dizia que carregava uma grande culpa: a criança tinha alguns problemas de mobilidade e Mariana acreditava, veementemente, que esses problemas eram efeitos do uso do *crack* durante a gestação. Ela mesma contava que os médicos lhe diziam que os problemas da criança não eram decorrência do *crack*. Nesse caso, os saberes médicos não eram muito considerados: Mariana tinha certeza de sua culpa pela condição do filho.

Em seu *artigo*, Mariana produzia uma retórica que condenava a experiência anterior com o *crack* e defendia uma *guerra* à substância. Em consonância com essa retórica, ela ainda escrevia que o processo de amar aos outros passava por amar-se, e dizia que o fato de ter deixado o *aconchego de um lar*, o *carinho dos filhos* indicaria que ela, naquele momento, não se amava. Quem deixa um lar e os filhos não tem amor por si. Ao longo de sua escrita, Mariana agregava Deus e o amor como estratégias de saída possíveis para o sofrimento. O amor, em seu *artigo* inacabado, era o *maior ensinamento que Jesus deixou*.

O uso da religião na argumentação e na compreensão dos trajetos de sua vida era uma característica que Mariana compartilhava com seu companheiro e que fazia parte do processo de transformação da personagem, de sua transição da *sufredora* à *batalhadora*. Era por meio do amor, e do amor que se revelava na relação com o marido, que Mariana elaborava sua narrativa de redenção.

MARIANA E O CAMINHO DE REDENÇÃO

Ela e o marido, Maurílio, estavam juntos há três anos. Eles se conheceram na rua e viveram em liberdade por cerca de um ano, até que Maurílio foi preso. Nesses dois anos de prisão do companheiro Mariana foi presa, solta e presa novamente, envolvida com roubo de carros.

Ela dizia que o relacionamento se tornou mais forte após a ida de ambos para a prisão. Desde que ele e ela foram presos, eles chegaram a perder contato. As muitas transferências de penitenciárias fizeram com que os dois não soubessem onde cada um estava. Depois de um período de procura se “re-encontraram”, ou seja, conseguiram localizar onde cada um estava privado de liberdade. Desde o reencontro, ambos trocavam os andamentos dos seus próprios processos para que soubessem, com detalhes, o que acontecia na vida prisional de cada um.

Em um mês de março, Mariana me mostrou a carta que havia recebido do esposo a parabenizando pelo dia da mulher. Na carta, o marido dizia que ele e ela eram companheiros assim como Adão e Eva, no livro do Gênesis. Maurílio retomava a história de Adão e de como Eva chegou para fazer companhia ao homem, que se sentia sozinho. O marido de Mariana ainda falava de Lídia, uma mulher que, segundo a carta, ajudou Paulo na disseminação da igreja. Após contar essa história, o marido dizia que Mariana era como Lídia, pois era *batalhadora e trabalhadora*. Mariana recebeu de seu companheiro os parabéns pelo seu dia a partir da comparação entre a vida de ambos e a trajetória de personagens bíblicos.

Diante do meu desconhecimento sobre a existência de Lídia, Mariana me presenteou com um livreto que apresentava excertos da bíblia com histórias que traziam mulheres. A cada personagem feminina apresentada, havia uma descrição que a particularizava. O livreto, chamado “Eu sou ela: identifique-se com as mulheres da Bíblia”, era editado pela Sociedade Bíblica do Brasil. Na introdução aos excertos bíblicos apresentados no livreto, as mulheres que seriam mencionadas eram comparadas a mulheres que apareciam em capas de revistas femininas. Essa comparação convidava as leitoras a também se

identificarem com as mulheres ali apresentadas. As últimas páginas do livreto ainda continham informações relacionadas à lei Maria da Penha e aos mecanismos de acesso a órgãos de atendimento à mulher em situação de violência.

A carta que Maurílio enviou a Mariana dava indícios de que a religião, tanto para ela como para seu companheiro, fornecia elementos para o ordenamento das coisas, ainda que Mariana não tivesse assumido nenhum credo em específico durante nossas conversas. Ela falava com pessoas ligadas à igreja católica, lia livros escritos por pastores evangélicos e se referenciava em mulheres presentes na bíblia. A religiosidade desvinculada da crença em uma única igreja reforçava a perspectiva de “livre pensadora” de Mariana. Seu marido se utilizava da religião e de histórias encontradas na bíblia para comparar e justificar determinados comportamentos.

As falas de Mariana sobre o *crack* e a identificação de uma “certa consciência” no crime também dão vazão a uma análise que percebe o ordenamento do “mundo do crime” em seu discurso. As proposições da religião e do crime como chaves interpretativas para o mundo dialogam com a perspectiva apresentada por Gabriel Feltran (2008). A argumentação do autor baseia-se na constatação de que as antigas formas de organização social das periferias são deslocadas e deixam em aberto um espaço para outras formas de relação com o mundo público; ao mesmo tempo, há uma expansão do “mundo do crime”, que amplia a presença desse “mundo” nas dinâmicas sociais. O autor propõe que as periferias vivem sob os códigos da cidadania e do crime – dois ordenamentos sociais que coexistem.

A trajetória de Mariana era perpassada pelo esgarçamento de relações familiares e a reconstrução dessas mesmas relações através do cárcere. Foi diante da prisão que a convivência com a sua mãe se reconstituiu, e foi a prisão o fator que consolidou seu último relacionamento. Presos, ela e o marido construíram uma relação que, na rua, não existia nos mesmos moldes. Natália Padovani entende que as histórias de amor e de afetos vividas nas prisões são “parte extremamente relevante da articulação política produtora destas instituições” (PADOVANI, 2015, p. 49) que não se limitam aos agenciamentos pro-

duzidos pelas instituições estatais e que permitem formas de atuação das mulheres envolvidas. O amor nas penitenciárias femininas seria, então, a “dobradura entre regulação e possibilidades de agência” (PADOVANI, 2015, p. 344). Mariana e suas relações constituídas não apenas a despeito da prisão, mas por ela impulsionadas, enfatizam a dimensão produtiva da prisão.

Um segundo aspecto importante na retórica de Mariana era a relação com o *crack*. Ela não foi presa por tráfico de drogas, mas seu envolvimento com as atividades que a levaram à prisão se desenvolveu de maneira muito imbricada com o uso da substância. Esse mesmo uso era ainda indicado por Mariana como o responsável pela perda de tempo, pelo não convívio com os filhos e, em última instância, pela saúde fragilizada de seu filho caçula.

A relação com a escrita e a leitura era também uma questão que se apresentou desde o começo das nossas conversas. Mariana tentava escrever desde a prisão sobre as suas experiências com o *crack* e com a reclusão e escrevia, incessantemente, cartas que permitiam a ela a manutenção do contato com seus familiares - mãe, filhos e marido -, mas também serviam à escrita como um fim. Penso que ela escrevia cartas não apenas para manter esses laços, mas também porque gostava de escrever. E sempre tentava conseguir novos interlocutores – ou correspondentes. Escrever as cartas era uma prática que permitia a ela sair da prisão e conversar com pessoas para além do seu pavilhão.

Por sua vez, o ato de escrever sobre sua relação com o *crack* parecia ser uma exegese da prisão e dos caminhos que a levaram até ali, mas não se resumia a isso. Mariana apresentava sua trajetória a partir de um discurso que tinha início na precoce perda do pai, passava pela experiência com o *crack* e a prisão e terminava em um período de reconciliação com a mãe e de constituição de um relacionamento duradouro através da prisão. Em sua história, os aspectos do sofrimento eram, aos poucos, suplantados pelas conquistas garantidas por meio de uma batalha moral com sua *personalidade adicta*. Em sua narrativa de conversão e de salvação por meio do amor, Mariana chegava a um ponto onde a batalha contra suas próprias fragilidades, concentradas

no uso do *crack*, era vencida com a ajuda de um relacionamento que não apenas se mantinha a despeito das distâncias criadas pela prisão, mas que se fortalecia diante dessas mesmas distâncias.

CRIS E SUA VIDA NORMAL

Convivi com Cris durante boa parte da pesquisa, em duas penitenciárias diferentes. Logo após conversar com ela pela primeira vez em uma certa prisão, Cris foi transferida para outra penitenciária onde a reencontrei, poucos meses depois. Quando a conheci ela estava com suas irmãs, que permaneceram na penitenciária onde Cris esteve em primeiro momento. Todas foram presas em uma mesma operação junto com outras mulheres, também enquadradas como traficantes. Cris, “traficante” para a justiça, contava que via o tráfico de drogas como um trabalho.

A baixa estatura de Cris era contrastada com o andar firme, e os cabelos compridos e claros faziam contraponto às sobrancelhas grossas e escuras. Branca, era católica e se reivindicava *praticante*. Casada, recebia a visita do marido Carlos quase todos os domingos, o que era algo raro na prisão; as visitas, quando existiam, geralmente se restringiam aos filhos e às mulheres da família – mães, tias, irmãs¹⁰. Cris quase sempre estava com as unhas dos pés e mãos pintadas com esmaltes, e personalizava as roupas despersonalizadas da prisão com sandálias coloridas¹¹. Assim como Mariana, Cris também não aparentava os seus 40 anos.

Ela trabalhou por três anos na embalagem de cocaína. Depois de um primeiro período exercendo a atividade, convidou outras mulheres da família para ajudar. Antes desse trabalho, foi secretária em um

10 Venho explorando, em minha pesquisa de doutorado, os trânsitos entre dentro e fora das prisões a partir das visitas – sobretudo mulheres – que atravessam os muros da prisão para se encontrarem com maridos, filhos e irmãos. Para acesso a resultados parciais da pesquisa, ver Lago, 2017.

11 O uniforme da prisão era composto por calça ou bermuda de uma cor única, e camiseta de outra cor, geralmente branca. Ainda que as mulheres pudessem comprar suas próprias roupas, ou recebê-las no *jumbo*, as cores estabelecidas deveriam ser observadas.

local que *pagava mal* e devia seus direitos trabalhistas. Também trabalhou por um tempo ajudando uma das suas irmãs em um pequeno comércio de bairro.

O contato para atuar na embalagem da cocaína veio por intermédio de um amigo do marido, a quem havia conhecido no ano anterior ao início do trabalho. Ela dizia que era *meio brava*, não gostava de conhecer gente nova, tinha *aversão a bandido* e via os criminosos como *monstros: a gente acha que criminoso é uma coisa, né?! Criminooso!* *Eu não gostava de conviver, eu não gostava de chegar perto.* Carlos, o marido, nunca teve participação em atividades ilegais, mas tinha amigos envolvidos com atividades que poderiam ser assim consideradas: *e quando você tem amigos conhecidos do metier, como eles dizem, chega muita coisa para você comprar a meia nota.* Segundo Cris, comprar algo a *meia nota* é pagar um valor (bem) abaixo daquele praticado em uma loja justamente porque os produtos são, no geral, originados de roubos e furtos. Ela relatava que antes de se envolver com o trabalho no tráfico pedia ao marido que não colocasse em sua casa nenhum produto de roubo.

Quando conheceram o casal formado pelo homem para quem acabou trabalhando e sua esposa, Cris sentiu que havia algo de estranho porque ele se oferecia para custear todas as despesas nos bares e restaurantes que frequentavam. Depois de um período como amigos, esse homem convidou o marido de Cris para abrirem um restaurante em sociedade. Ela dizia que ninguém fazia nada de *errado* (ou ilegal) no restaurante, mas que ali era um ponto de encontro e de confraternização de pessoas *estranhas* que, segundo sua impressão, tinham algum grau de envolvimento com o *crime*. Mas ela não sabia nem que tipo de atividade faziam, nem os níveis de envolvimento das pessoas que passavam por ali com práticas consideradas criminosas.

Depois de mais de um ano de convivência e amizade, o amigo do marido a convidou para o trabalho na embalagem de cocaína. Na época, Cris já tinha deixado o emprego de secretária e estava ajudando a irmã com o pequeno comércio, e tinha noção de que o amigo de Carlos participava de atividades ilegais. A essa altura, Cris já havia desconstruído a ideia que associava *criminosos* a

monstros e já tinha se acostumado à presença de – e à convivência com – *criminosos*.

Nesse processo de *se acostumar* com a presença e a convivência com pessoas do *crime*, Cris ponderava, em nossas conversas, que conviver com *esse tipo de gente* não é bom, pois *passamos a achar normal o que é errado*. Em alguma medida, a fala de Cris denotava certo alargamento ético diante da convivência intensa com práticas consideradas ilegais, estando você diretamente envolvida ou não. Vale dizer que essa espécie de alargamento ético não exclui a possibilidade de “desconfortos narrativos” quando a participação na “vida errada” envolve privação de liberdade (EFREM FILHO, 2017, p. 109). Roberto Efrem Filho também lembra que “Os deslizamentos entre trabalhos legais e ilegais, por mais corriqueiros que sejam, não são fáceis ou livres de constrangimentos” (EFREM FILHO, 2017, p. 109).

Carlos, marido de Cris, foi quem intermediou o convite para o trabalho. Ele contou a Cris que o amigo queria conversar para convidá-la a trabalhar *com as coisas dele*; Carlos disse ao amigo que ele não poderia responder por Cris. Quando ela e o amigo foram conversar diretamente, ele disse: *Você já percebeu que eu sou da pá virada, né?*, e comentou que queria montar uma equipe de trabalho formada apenas pelos familiares dele, mas que confiava muito nela. Segundo Cris, ele afirmou que não negaria – sim, era *ilícito*. Ela pediu para pensar, e seu marido ponderava: *você é quem sabe, mas é uma coisa difícil. Você sabe, se você for pega são 12 anos de cadeia, é perigoso*.

Cris contava em nossas conversas que quando começou a trabalhar tinha uma relação de *brincadeira* com as atividades desempenhadas, relacionadas à embalagem de cocaína. *Eu achava que era quilo de açúcar*. As quantidades da substância com as quais ela lidava nos dias de trabalho assustavam as outras mulheres que Cris encontrava na prisão e que estavam acostumadas com o manejo de porções menores de substâncias¹². Para ela, aquilo era uma *firma*. Ela contava

12 Vale lembrar que grande parte das mulheres presas por tráfico de drogas é acusada pela venda de pequenas quantidades de droga. O enquadramento como “traficantes”, e não como “usuárias”, pode ser lido como parte da seletividade penal do sistema de justiça.

que as colegas da prisão achavam engraçado quando ela se referia ao trabalho usando essa palavra.

O olhar para o tráfico de drogas como um trabalho não era exclusivo de Cris. Outras mulheres se utilizam da linguagem do mundo do trabalho para fazer referência ao seu envolvimento com o mercado da droga. Uma das mulheres, certa vez, contou a mim que *às vezes, eu faço um-cinco-sete, mas o meu ramo mesmo é o trinta-e-três*. As menções aos números fazem referência, respectivamente, aos crimes de roubo, no Código Penal, e tráfico, na Lei de Drogas. A participação dessa mulher em eventuais atividades de roubo não retirava sua maior identificação – e preferência – pelo *ramo* do tráfico de drogas.

Como já dito, Cris se considerava uma *católica praticante*. Ao falar sobre o trabalho ela mencionava que *enquanto a gente estava trabalhando eu ouvia o Pe. Marcelo [Rossi]. Eu ia para a missa de domingo e até comungava*. Esse *até* foi aplicado ao ato de comungar porque sua irmã, extremamente católica, não comungava enquanto viveu com o trabalho no tráfico; para a irmã, o cumprimento da função fazia com que elas estivessem *vivendo no pecado*.

Cris ainda fazia uma espécie de histórico/balanço das pessoas com quem trabalhava: *gente normal, com família, religião, gente que teve uma infância normal. Eu tive uma infância normal, era uma pessoa normal, não era uma criminosa*. A evocação de uma *vida normal* traz consigo uma elaboração em torno do que seria essa vida: ter uma infância sem grandes percalços, ter família, pertencer a uma religião e praticá-la. Viver dentro de certas relações e ordenamentos morais. Quando Cris apresentava sua vida nesses termos, ela afastava de si as alusões que explicavam o envolvimento com o “mundo do crime” como consequente de uma falta desses espaços e experiências sociais. Afinal, a própria Cris deixara de acreditar que *criminosos* eram equiparados a *monstros*. Por outro lado, a fala de Cris a retirava de um envolvimento profundo com esse mesmo crime, pois ela não se via como uma *criminosa* e, sim, como uma *pessoa normal*.

Depois de um ano trabalhando na embalagem de cocaína, Cris convidou a irmã para participar¹³. A irmã sempre soube o que ela fazia e sentiu-se estimulada a integrar o grupo ao perceber que o trabalho já durava algum tempo e que Cris não tinha sido presa.

O trabalho no tráfico, mais do que um envolvimento com o crime, era uma das respostas possíveis à necessidade de trabalhar - que pode ser colocada às mulheres em geral, mas é demanda antiga entre as mulheres de classes populares.

Teresa Caldeira (1984) escreveu sobre um “modelo ideal” que implicava uma divisão do trabalho onde a mulher se responsabilizaria pela casa e o marido teria a responsabilidade de sustentar a família – nas palavras ouvidas e citadas pela autora, o homem “põe pra dentro”. Contudo, essa divisão nem sempre era cumprida: “muitas vezes a mulher é levada a trabalhar fora e a também “pôr pra dentro”” (CALDEIRA, 1984, p. 172). De acordo com a autora “Quando isso acontece, ela é obrigada a ajustar o modelo àquilo que faz, ou seja, a reinterpretar o seu papel, o que nunca é feito sem conflito” (CALDEIRA, 1984, p. 172). A inserção da mulher em trabalhos externos à casa, por ser considerada na perspectiva de uma “mão-de-obra auxiliar”, se dá de maneira intermitente e ocorre em momentos de dificuldades que, quando superadas, permitem que a mulher deixe de trabalhar.

Caldeira também relata que os homens entrevistados em sua pesquisa, quando questionados sobre a profissão de suas mulheres, respondiam que elas “trabalham dentro de casa” (CALDEIRA, 1984, p. 129). A autora indica que essa diferenciação (“trabalhar dentro de casa” ao invés de dizer “não trabalhar”) é efeito de um mau juízo que recai sobre mulheres que não trabalham¹⁴. A rotina do trabalho (inclusive o doméstico) concede às mulheres o respeito não apenas do seu

13 Na época da pesquisa, a irmã estava presa em uma penitenciária diferente de Cris.

14 A antropóloga ainda apresenta os horários em que as interlocutoras de sua pesquisa acordavam para dar início às atividades domésticas. Ainda que algumas não tivessem a necessidade de despertar mais cedo, Caldeira afirma que “aquelas que se dão ao luxo de dormir até 9 ou 10 horas correm o risco de serem apontadas como ‘vagabundas’” (Caldeira, 1984, p. 125).

esposo, mas da comunidade, das pessoas que constituem a rede de relações da vizinhança.

A perspectiva da mão-de-obra da mulher como “auxiliar” não está presente na fala das mulheres com que conversei e parece ser um dos aspectos que demarca os períodos distintos em que são realizados minha pesquisa e o estudo aqui mencionado; de todo modo, muitas das questões levantadas por Caldeira ajudam a circunscrever os sentidos do trabalho para mulheres como Cris – e a entender, conseqüentemente, o seu olhar para o tráfico a partir do prisma do trabalho. As argumentações de Caldeira indicam que o trabalho, sendo ele doméstico ou sob o viés do auxílio ao orçamento, é importante para as mulheres de classes populares não apenas pelas necessidades materiais, mas pelo seu significado diante dos outros e de eventuais “maus juízos” direcionados às mulheres que não trabalham. Ainda, as relações estabelecidas com o trabalho e com os maridos são formas pelas quais as mulheres presentes na narrativa da autora constituem o seu gênero. Essa elaboração do gênero diante das duas relações parece presente também na narrativa de Cris.

CRIS, CORAJOSA E DESTEMIDA

Para Cris, o trabalho era parte importante da sua vida e o envolvimento com uma atividade socialmente considerada criminosa colocava-se como uma possibilidade não muito distinta das ocupações que realizara anteriormente. O seu envolvimento com o *tráfico* se deu a partir de uma convivência pontual com o “mundo do crime”, tendo em vista que as condições do seu trabalho eram, em suas palavras, *normais*.

Durante o período em que trabalhava, o chefe das atividades foi preso e substituído pelo irmão, em uma lógica de empresa familiar. Posteriormente, todas as pessoas que trabalhavam ali foram presas em uma operação policial que desmontou a *firma*.

Ao falar sobre as conversas que antecederam a sua entrada no trabalho, Cris comentou que sempre foi *uma pessoa corajosa e destemida*.

mida. E aí eu era corajosa tanto pra coisas boas como fui pra coisas ruins. Em sua análise, ser uma mulher corajosa ou, em outras palavras, uma mulher que toma atitude, foi o que a animou a tentar o esquema de trabalho proposto pelo amigo do casal, a despeito das ponderações contrárias do marido. Cris avaliava que acabou utilizando sua inteligência para o mal ao ter coragem para se envolver em atividades posteriormente denunciadas como tráfico de drogas: tem gente que tem inteligência, mas tem que usar pro bem, e não pro mal.

Ser uma pessoa corajosa era, para Cris, uma qualificação fundamental para atuar no tráfico: *para entrar nessas coisas, se você for uma pessoa que pensa muito, você não vai. Tem que ter coragem.* Em sua concepção, a coragem está, em grande medida, em sentido contrário à ideia de ponderar muito tempo sobre o que fazer ou deixar de fazer; isso seria prática de gente sem coragem.

Cris citava o marido Carlos como exemplo de uma pessoa que pensava demais – e para além do que seria razoável para uma pessoa corajosa. Casados há quinze anos no momento da pesquisa, Cris falava que quando conheceu Carlos ela o considerava um pouco *filhinho da mamãe*, lembrança retomada e colocada nesse contexto diante do excesso de ponderações que o marido fazia. Segundo ela, esse pensar em demasia foi o que o impediu de se envolver com as atividades ilegais que o amigo e ela, posteriormente, desempenharam.

Cris se contrapunha ao marido para definir-se como corajosa, ainda que reconhecesse que foi essa mesma coragem que, de certa maneira, a levou à prisão. Nesse movimento, Cris sugeria que Carlos não correspondia às expectativas inscritas pelo gênero. Na mesma medida em que se considerava corajosa pelas suas ações, ela ainda indicava a falta de coragem nas ações do marido (ou na falta delas). Cris remete a modos de ser homem e de ser mulher que, em seu caso, se constituem em contraste com o marido. A imagem de Carlos associada a um *filhinho da mamãe* e sua postura contrária à corajosa ainda instituíam gênero de modo a problematizar algumas noções de que mulheres (e mulheres que estão na prisão) são submissas ou sem nenhuma possibilidade de atuação.

A postura de Cris remete à figura da “mulher valente” de Claudia Fonseca (2000), proposta em um contexto que articula gênero e classe ao discutir infidelidades masculinas e as estratégias empregadas por mulheres de classes populares para recuperarem seus homens. Cris se aproxima da mulher valente ao tomar para si a liberdade de movimento e a postura de uma mulher que “sabe se mexer” – em seu caso, sendo *corajosa* para aceitar um trabalho associado ao tráfico de drogas a despeito da falta de coragem do marido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVERSAS ENTRE BATALHADORAS E SEUS MARIDOS

Cris e Mariana eram mulheres com trajetórias distintas que tinham em comum a vivência da prisão e a presença dos maridos ao longo do cumprimento de suas condenações. As caracterizações que Mariana e Cris faziam de si – a primeira, *mente de adicta*; a segunda, *corajosa* e *destemida* – expressam visões de mundo que se distinguem, mas se cruzam. Mariana via em si uma característica que deveria ser combatida, e era como efeito desse combate que emergia a perspectiva da *batalhadora*. A luta era por resgatar a garota *alegre, autoconfiante e guerreira* que desaparecera sob efeito do *crack*. Cris, por outro lado, valorizava sua caracterização como *corajosa*, ainda que ponderasse os limites da coragem e percebesse a possibilidade de usá-la para o *bem* e para o *mal*.

Ambas remontavam os caminhos que as levaram à prisão a partir de um diagnóstico que percebia certa falta de controle. O controle da *mente* de Mariana era atribuído ao seu relacionamento e, em última instância, ao aprisionamento. Foi a sua prisão e a de seu marido o fator que possibilitou aprofundar uma relação que, anteriormente, estava esgarçada. A prisão parecia ser mais uma prova a ser vencida no processo de formação da mulher *batalhadora*.

Cris atribuía à sua coragem o envolvimento com práticas que a fizeram se acostumar a conviver com *bandidos* e a inseri-las na ótica do trabalho. Ser *corajosa* para as coisas *boas* e *ruins* a levou a relativizar

essa convivência que, antes, era negada e a construir para si um lugar distinto que não a inseria no tráfico a partir do envolvimento profundo com um “mundo do crime”, mas sim a partir de um trabalho *ilícito* que se articulava a uma *vida normal* – com família, amigos, igreja e comunidade, sociabilidades.

Por fim, ambas compartilhavam o fato de estarem casadas e de terem contato regular com seus maridos ainda que através da prisão. No entanto é possível perceber que as formas pelas quais Mariana e Cris descreviam seus relacionamentos indicam algumas variações nas expectativas de gênero atribuídas aos dois companheiros. O marido de Mariana e a relação estabelecida entre os dois depois do encarceramento de ambos eram aspectos que faziam parte do seu processo de redenção, do caminho pelo qual Mariana se reconhecia como a batalhadora que vencida a *mente de adicta*. Seu marido se utilizava da religião como produtora de ordem para compará-la a outras mulheres batalhadoras, descritas na bíblia. Cris, por sua vez, se reconhecia como corajosa em contraposição à figura do marido; era em comparação à excessiva ponderação do companheiro que ela estabelecia parâmetros para se pensar como *corajosa* e *destemida*. Cris “reinterpreta o seu papel” diante da expressão de gênero representada pela figura do marido. Era na negação dessa figura e no contraste com Carlos que ela se posicionava. A dimensão relacional do gênero se mostra, aqui, produzida no embate.

Busquei empreender uma análise a partir das histórias de Mariana e Cris na tentativa de entender algumas das formas pelas quais mulheres se movimentam e se relacionam através da prisão. As duas personagens apresentadas narram sua vida em conexão com seus respectivos maridos e também com outras relações que não se apagam com a prisão. Na negociação de posições e projetos, Mariana concede à prisão uma espécie de dimensão organizadora da vida e das relações, lugar que permitiu que ela experimentasse um fortalecimento de vínculos e o sucesso de sua batalha contra a *mente de adicta*. Nessa mesma negociação, Cris valoriza a dimensão do trabalho para explicar sua privação de liberdade e não deixa de mencionar os aspectos que compunham sua *vida normal* fora da prisão.

Tanto Cris quanto Mariana permitem reconhecer que os sofrimentos da privação de liberdade não extinguem relações, diálogos e planos que atravessam os limites institucionais.

Há, por fim, um desafio mais geral no trabalho aqui apresentado: falar sobre as mulheres em contextos em que na maior parte das vezes os homens são o centro da questão, mas reconhecendo que o olhar para as mulheres é também um olhar para a prisão. O mundo prisional vem sendo cada vez mais problematizado no campo dos estudos de gênero e sexualidade com a produção de pesquisas as mais diversas. Os estudos sobre mulheres na prisão continuam a crescer, assim como recentes trabalhos que discutem a população LGBT privada de liberdade (SANDER, 2016; ZAMBONI, 2017). Há, no entanto, dois desafios envolvendo as conexões entre prisões e gênero. O primeiro deles consiste em entender a centralidade do gênero e da sexualidade em contextos prisionais que não envolvem sujeitos costumeiramente marcados em termos de gênero, como mulheres e LGBTs (LAGO & ZAMBONI, 2016); o segundo desafio é o de encarar as produções que olham para a prisão através do gênero e da sexualidade como contribuições para o campo de estudos prisionais e não como olhares específicos para a prisão. A abordagem desenvolvida neste artigo é também, de certa maneira, um esforço na direção de trabalhar sob essa dupla perspectiva.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – junho de 2014**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BUMACHAR, Bruna Louzada. **Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2016.

CALDEIRA, Teresa P. R. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Ufgrs, 2000.

_____. Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, jul.-dez. 2007, p. 9-35.

FRANÇA, Isadora Lins. Refugiados LGBTI: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

GODOI, Rafael. **Fluxos em Cadeia: as prisões de São Paulo na virada dos tempos**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

LAGO, Natália B. **Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

_____. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. In: **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, nº 5, 2017.

LAGO, Natália; ZAMBONI, Marcio. **Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade**. Caxambu: 40º Encontro da ANPOCS, 2016.

MALLART, Fábio. **Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação de Mestrado: USP, 2009.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2015.

RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. In: **Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008 [1979]. Disponível em <www.bvce.org>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SANDER, Vanessa. “O melhor lugar para arrumar marido”: conjugali-
dades e afetos entre travestis em privação de liberdade. In: **Anais do VI SAPPGAS**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

ZAMBONI, Marcio. *O barraco das monas na cadeia dos coisas*: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. In: **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, n. 5, 2017.

Recebido em: 07/07/2017.

Aprovado em: 12/11/2017.